

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

**O PERFIL SOCIAL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO SERVIÇO
DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

DEISIANE REIS CARVALHO
LEILA EMANUELE DINIZ



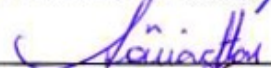

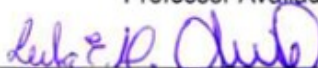
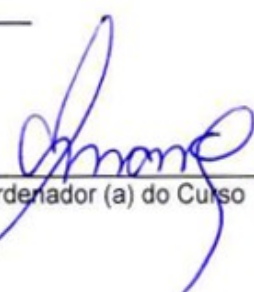
CARATINGA
2016

**Deisiane Reis Carvalho
Leila Emanuele Diniz**

**O PERFIL SOCIAL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social orientado pela professora Lívia Maria.

Caratinga
2016

| | | |
|---|--|---------------------|
|  | FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | FORMULÁRIO 9 |
| TERMO DE APROVAÇÃO | | |
| TÍTULO DO TRABALHO | | |
| <p>O perfil social das famílias inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos</p> | | |
| <p>Por Deisiane Reis Carvalho e Leila Emanuele Diniz</p> | | |
| <p>Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado perante a Banca de Avaliação composta pelos professores Livia Maria Siqueira Fernandes , Renata de Souza Ribeiro Paiva e Sônia Gomes de Freitas , às 17:00 horas do dia quatorze de dezembro de 2016, como requisito parcial para a obtenção do título de Assistente Social . Após a avaliação de cada professor e discussão, a Banca Avaliadora considerou o trabalho <u>Aprovado</u>, com a qualificação _____</p> | | |
| <p>Trabalho indicado para publicação: ()SIM (X)NÃO</p> | | |
| <p>Caratinga, <u>14</u> de <u>dezembro</u> de 20<u>16</u></p> | | |
| <p> _____ Professor Orientador e Presidente da Banca</p> | | |
| <p> _____ Professor Avaliador 1</p> | | |
| <p> _____ Professor Avaliador 2</p> | | |
| <p> _____ Aluno(a)</p> | | |
| <p> _____ Coordenador (a) do Curso</p> | | |

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais essa conquista, sem ele nada seria possível.

Agradeço a minha mãe que não mediu esforços para me ajudar, agradeço ao meu pai exemplo de força e dedicação aos meus irmãos pela contribuição de grande relevância. Ao meu marido que me apoia em tudo.

A professora Sônia pelo auxílio carinho e dedicação. A professora e coordenadora do curso Lívia por orientar com tamanha paciência, companheirismo e sobretudo por acreditar em mim, muito obrigada vocês fazem parte dessa vitória.

Sou grata a todos vocês.

Deisiane dos Reis carvalho

Primeiramente quero agradecer a Deus pela dádiva da vida, pela certeza de que Ele me acompanha em cada passo que tenho trilhado em meu caminho, a Ele toda honra e glória.

A minha amiga e supervisora de estagio Sandra que com toda a dedicação e paciência dividiu comigo seu conhecimento, foram 2 anos de convívio direto estando sempre me incentivando para que eu não desistisse.

A minha família mãe, pai, e irmãos e cunhadas obrigada pelo apoio incentivo e ajuda em todos os aspectos, minha sogra meu sogro que sempre estiveram ao meu lado cuidando da minha filha para que eu conseguisse estudar... Meu marido Ronilson que tanto me apoiou em cada etapa, desde o vestibular até neste momento de hoje, te amo essa vitória também... E como não agradecer a Rebeca minha filha, minha herança a filha quantas vezes chorei por ter que deixar você para trás, o Senhor é fiel você e uma promessa Dele em minha vida.

Não posso me esquecer de agradecer aos amigos que sempre me incentivaram em especial a Gabriela, Maíra e Jovelaine que mesmo com todas as minhas reclamações estiveram ao meu lado me fazendo ver que tudo daria certo, meninas amo vocês.

Ao corpo de professores do curso Áurea, Flávio Matheus, Ivan, Rodolfo, Sandra Eller, Noêmia Renata, Sônia e Lívia sou imensamente grata a vocês por todo o saber a mim transmitido. Vocês são "feras"!

Aos colegas de turma com todas as diferenças hoje sei que levo um pouco de cada uma em meu coração... aprendi muito com vocês.

Enfim, todos vocês fazem parte dessa conquista. Obrigada!

Leila Emanuele Diniz

EPIÍGRAFE

Ser feliz...

Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não me esqueço de que minha vida é a maior empresa do mundo e que posso evitar que ela vá à falência. Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise.

Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e tornar-se um autor da própria história. É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da sua alma.

É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida.

Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos.

É saber falar de si mesmo.

É ter coragem para ouvir um “não”.

É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.

Pedras no caminho?

Guardo todas, um dia vou construir um castelo...

Fernando Pessoa

Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar.

William Shakespeare

RESUMO

O avanço trazido pela globalização tem deixado marcas na sociedade moderna, o desemprego, a crise financeira, as novas facetas da questão social e o aumento do pauperismo, refletem diretamente no seio da família, alterando sua sociabilidade, identidade e representação social de seus membros. As condições de inserção no mercado de trabalho impostas hoje, apresentam uma grande dificuldade a ser enfrentada, que acabam comprometendo a sobrevivência da família.

A dissertação proposta busca analisar o perfil social das famílias inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS Esplanada. Para isso foi realizado um estudo com o intuito de compreender os reatamentos e consequências da globalização e suas interferências no que cabe ao perfil social das famílias.

Palavras-chave: CRAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Família

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 11 |
| CAPÍTULO 1 – As políticas sociais destinadas a família da égide neoliberal..... | 12 |
| 1.1 Conjuntura histórica e desenvolvimento das políticas sociais brasileiras..... | 12 |
| 1.2 A Política de Assistência Social no Contexto Neoliberal: O SUAS em debate..... | 21 |
| 1.3 A família brasileira e suas novas configurações..... | 30 |
| CAPÍTULO 2 – A globalização da economia e seus reflexos no âmbito familiar..... | 38 |
| 2.1 O processo de globalização da economia e as manifestações da questão social..... | 38 |
| 2.2 O perfil social das famílias inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS esplanada..... | 43 |
| Considerações finais..... | 57 |
| Anexos..... | 63 |
| Anexo 1..... | 63 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Quantas pessoas residem na casa..... | 46 |
| Gráfico 2: Quantas pessoas trabalham..... | 47 |
| Gráfico 3: Renda mensal das famílias..... | 48 |
| Gráfico 4: Renda suficiente..... | 49 |
| Gráfico 5: Recebem algum benefício..... | 50 |
| Gráfico 6: Situação do imóvel..... | 51 |
| Gráfico 7: Atividades para lazer..... | 52 |
| Gráfico 8: Dificuldades enfrentadas..... | 53 |
| Gráfico 9: Como conheceu o CRAS..... | 54 |
| Gráfico 10: Serviços utilizados..... | 55 |

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensão

CF – Constituição Federal

CNAS – Conselho Nacional De Assistência Social

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

IAPS – Instituto de Aposentadoria e Pensão

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

LA – Liberdade Assistida

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

NOB – Norma Operacional Básica

PAIF – Programa de Atendimento Integral a Família

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

INTRODUÇÃO

Este TCC intitulado “O Perfil Social Das Famílias Inseridas No Serviço De Convivência E Fortalecimento De Vínculos” versa sobre o perfil das famílias inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS Esplanada. Nesse contexto foi realizada pesquisa bibliográfica acerca da conjuntura histórica e desenvolvimento das políticas sociais brasileiras, a Política de Assistência Social no Contexto Neoliberal, a Globalização da economia e seus reflexos no âmbito familiar e pesquisa de campo a partir do objeto em questão.

As crises em que o país vem passando nas últimas décadas, com a perda do poder aquisitivo de salário, desemprego, precariedade e instabilidade no emprego tem deixado cada vez mais clara as suas tensões no meio familiar, proporcionando a inserção da mulher no mercado de trabalho, para a cooperação na renda familiar, levando a partilha das responsabilidades e manutenção da família. Hoje mais do que nunca o Estado transfere a sua responsabilidade para a família no que cabe as novas organizações, estruturas e dinâmicas familiares o que tem afetado diretamente os mecanismos de solidariedade familiar, acarretando uma convivência familiar limitada e precária.

Com os avanços da globalização e do neoliberalismo as condições em que se encontram as famílias refletem diretamente na sobrevivência material familiar bem como alterando a identidade e a sociabilidade de representações acerca dos papéis sociais e de trabalho. Para tanto partir-se-á de um pressuposto de que a família vem a ser a primeira e mais importante instituição onde o seu humano esta inserido, pois esta e o lugar onde se reconhece como ser capaz agir e pensar, contudo devido as mudanças que vem acontecendo no mundo moderno esta vem passando por diversas modificações.

A pesquisa semiestruturada buscará compreender o perfil social das famílias inseridas no serviço de convivência, do fortalecimento de vínculos do CRAS e a sistematização buscará nortear a confirmação do objeto proposto.

CAPÍTULO 1 – AS POLÍTICAS SOCIAIS DESTINADAS A FAMÍLIA DA ÉGIDE NEOLIBERAL

1.1 CONJUNTURA HISTÓRICA E DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS.

Após Primeira Guerra Mundial, ocorreu de forma considerável a queda do investimento do capital estrangeiro no Brasil, e a crise econômica internacional começa a mostrar seus efeitos diretos nas áreas de comércio e exportação, Max e Engels asseveram que:

As crises comerciais que repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regulamente não só uma grande massa de produtos fabricados, mais também uma grande parte das forças produtivas já criadas, uma epidemia em que qualquer outra época já teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade a epidemia da superprodução. MAX e ENGELS 2002, pág. 45.

Para tanto, neste período acontecia desenvolvimento do capitalismo monopolista, o que mais tarde, passa a ser o capitalismo moderno, que se vive hoje. A economia capitalista continuava a crescer com o processo da industrialização, e ao mesmo tempo em que o mercado do capital era grande gerador de empregos, sempre aconteciam as crises, levando ao desemprego estrutural, assim Netto et al afirma que,

As crises são funcionais ao modo de produção capitalista constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação sempre em níveis mais complexos e instáveis assegurando assim sua continuidade. NETTO e BRAZ, 2006 pág. 162.

Neste período o estado tinha função de estimular a economia devido crise e a recessão econômica, em contraponto ao mesmo tempo acontecia o êxodo rural,

agravando os problemas sociais. O Estado então se vê obrigado a reconhecer a questão social como de sua responsabilidade, e assume o poder de interferir nas relações sociais. Sendo que neste período a questão social era vista como culpa do indivíduo e ou caso de polícia, mesmo reconhecendo que para a época, a questão social tenha sido agravada devido ao desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho, alteração na organização familiar, no ciclo de vida e o aprofundamento das desigualdades sociais. Iamamoto e Carvalho assevera que,

A “questão social” tem seu aparecimento, no que diz respeito diretamente a generalização do trabalho livre em uma sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção, se dá em grande medida fora de limites da formação econômico-social brasileira sem que tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe da origem, características que marcará profundamente seus desdobramentos. IAMAMOTO E CARVALHO 1985 pág. 127.

Sendo assim, pode-se entender, que a questão social mostra suas primeiras facetas, no momento em que o mercado passava por uma fase de amadurecimento, onde este crescia cada dia mais, já não se preocupando com a força de trabalho. Esta por sua vez se torna mercadoria, então já não se esta diante de um operário, mais sim diante do proprietário da força de trabalho, o qual vende sua mão de obra, para assegurar sua sobrevivência ficando então dominado pelo capital¹, assim Iamamoto e Carvalho afirma que:

A exploração abusiva a que e submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão em um dado momento, para o restante da sociedade burguesa como uma ameaça a seus mais sagrados valores “a moral, a religião, e a ordem pública”. Impõe-se a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. IAMAMOTO E CARVALHO 1985 pág. 128.

De acordo com Faleiros, “as políticas sociais estão relacionadas diretamente com as condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social”

1 A consolidação do capitalismo concorrencial para a era do capitalismo monopolista, apresenta uma expansão do sistema capitalista que experimentava profundas modificações em sua base estrutural, caracterizando na produção ampliada das contradições de classe e pela complexidade e embasamento da questão social. Paulo 2001

Faleiros 1991. pág. 8. Sendo assim compreendidas como mecanismos de controle utilizado sobre a classe trabalhadora satisfazendo suas necessidades sociais básicas, tendo como função mediadora as necessidades de valorização, acumulação do capital e a manutenção da força de trabalho, com intuito de minimizar os conflitos existentes entre duas classes com diferentes interesses. Assim Porto explica que:

Pode-se admitir que as políticas sociais brasileiras tiveram na fase final da Primeira república, mais comumente conhecida como República Velha, onde "questão social" começa a adquirir evidência face à emergência do processo de industrialização enquanto substitutivo da crise da oligarquia agrária. Além disso, havia uma expectativa de que esta conjuntura, caracterizada pelo amadurecimento do processo republicano, com seus princípios liberais de liberdade e igualdade, assegurasse a condição de cidadania a população brasileira PORTO 2001 pág. 20 e 21.

Cabe ressaltar que as políticas sociais uma vez criadas pelo Estado como estratégia de enfrentamento às diversas manifestações da questão social, passam a oferecer bens e serviço sociais, garantindo dessa forma, a manutenção e reprodução das relações sociais vigentes.

Na década de 1930, foi instituída a política de Vargas que foi centrada na prerrogativa de organizar as relações entre capital e trabalho. O primeiro ato foi a criação em 1930 do Ministério do Trabalho que visava a harmonia das relações entre empregadores e empregados substituindo a ideia de luta de classe pela de conciliação. Foi criado um sistema corporativo por meio da legislação de sindicalização a fim de atender a demanda imposta pelos trabalhadores do polo urbano industrial e pela nova ordem produtiva. Contribuindo com o raciocínio Couto salienta que:

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi à tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na ideia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados. Era bem-vinda, na concepção dos empresários, toda a iniciativa do estado que controlasse a classe operária, Da mesma forma era bem-vinda por parte dos empregados, pois contribuía para melhorar suas condições de trabalho. COUTO, 2004, pág. 95.

Em 1923 estas ganham legitimação, através da Lei Eloy Chaves, que assegurava aos trabalhadores ferroviários e marítimos como benefício, o direito à aposentadoria por velhice ou invalidez, o direito à assistência médica tanto para o empregado quanto para sua família. Assim Sposati destaca que:

Em 1923, a Lei Elói Chaves (Lei nº.4682 de 24-1-1923) criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os funcionários. Antes de 1930, duas outras categorias já recebiam o benefício do seguro social: portuários e marítimos, pela Lei nº. 5.109(20-12-1926) e telegráficos e radiotelegráficos, pela Lei nº. 5.485 (30-6-1928). SPOSATI, 2003, pág. 42.

Até aqui, não se haviam intenções e nem premissas norteadoras capazes de transformar a previdência em uma política pública, uma vez que as CAP's eram reivindicações dos trabalhadores junto às empresas, que muitas das vezes os ignorava. Contudo quando ocorre a implantação CAP's apenas para quem estava inserido no mercado de trabalho, e que contribuía com a sua respectiva CAP's que tinham direito aos benefícios. No atual governo de Getúlio Vargas, em 1933 que as CAP's então, foram unificadas e modificadas para IAP's Institutos de Aposentadorias e Pensões, assim, abrangendo outros trabalhadores operariados e urbanos e não apenas aqueles que pertenciam a um grupo de trabalhadores incluídos em sua respectiva CAP's.

O então presidente, a fim de dar maior credibilidade à sua política, passou a atuar intensamente no campo previdenciário, estimulando assim, a expansão das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP's) que se constitui como primeiro mecanismo de proteção previdenciária, através da cooperação dos funcionários de determinadas empresas, que sediam uma pequena parte do pagamento mensal afim, de manter o funcionário que se encontrava afastado por motivos de saúde e idade ou ate mesmo as famílias dos falecidos funcionários. Para tanto lamamoto traz a seguinte afirmação:

Surge, inicialmente, a necessidade de triagem da população que demanda a instituição. Tem por sentido eliminar aqueles que não têm vinculação com o

aparelho produtivo e encaminhar para outra instituição de seguro aqueles não vinculados ao setor de atividade própria daquela instituição em particular. IAMAMOTO, 2006, pág. 304.

Neste mesmo período vale ressaltar, era grande a insatisfação popular tendo em vista o agravamento da questão social pelo desenvolvimento capitalista em face da pauperização da classe trabalhadora. Isso devido à industrialização após a 2ª Guerra Mundial que acarretou a ampliação do mercado interno de forma concentradora e excludente.

A economia brasileira na década de 30 era voltada para o agroexportador, e seu produto de maior visibilidade internacional era o café, mas ao decorrer dos anos a política e economia brasileira sofrem um abalo, onde o país entra em recessão devido à crise financeira e a dívida da União.

Em 1937 a política social Brasileira ganha o apoio da Nova Constituição, que veio mostrando grande preocupação com a ordem social, explicitada nas conquistas trabalhistas. O ano de 1942 devido à ausência da Assistência Social, o primeiro damismo, ficou marcado pela criação da LBA, Legião Brasileira de Assistência, entidade esta criada por Darcy Vargas, que denota as características de tutela, favor, e clientelismo entre o estado e a sociedade. A LBA foi organizada em consequência do engajamento do País na Segunda Guerra Mundial, seu objetivo era o de prover as necessidades das famílias, cujos chefes haviam sido convocados para a guerra, e depois, atenderem a população de baixa renda, com a criação de convênios com entidades da sociedade civil.

Tal conjuntura favorece sua criação, uma vez que ocorreu significativa queda do poder aquisitivo do proletariado e da pequena burguesia urbana, tendo em vista que esta era de caráter filantrópico, não associado ao governo, mesmo que atuante com recurso público, exercendo um papel com aspectos pontuais, paliativos, assistemático de baixa cobertura e descontinuo de suas intervenções, bem como ao público a quem se destinava e as funções que deveria exercer. Mais tarde a LBA se configurou como instituição de mediação de assistência social no Brasil, apoiada por uma rede de convênios das instituições privadas, mais permanecendo a marca do assistencialismo, o que começa a se dissipar com a Constituição de 1988.

É importante ressaltar que as políticas sociais no Brasil, já constituíam uma estratégia de atuar como instrumento de controle dos movimentos sociais, antecipando algumas demandas da classe trabalhadora nas reivindicações sociais por melhores condições de vida. A partir do período, seguinte de 1946 a 1964 não houve mudanças significativas no campo das instituições de assistência, devido o Estado ter dado continuidade ao controle nas relações existentes e mesmos, no que se refere às demandas sociais, buscava-se focalizar o trabalho nas disputas eleitorais.

Em 1960 houve a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) que definia a unificação dos benefícios dos vários institutos, ponto ordem incorporou os autônomos à previdência social definiu um período mínimo de contribuições de cinco anos para uma aposentadoria aos 60 anos para mulheres e 65 para homens. Então, explica que:

Decerto que a LOPS foi o maior passo dado ao rumo da universalidade da Previdência Social, embora não se desconheça que alguns trabalhadores (domésticos e rurais) não foram contemplados pela nova norma, pois teve o condão de padronizar o sistema, aumentar as prestações ofertadas (auxílio-natalidade, funeral, reclusão e a aposentadoria especial) e servir de norte no percurso ao sistema de seguridade social. Alvim apud Fernandes.

A partir da década 70, aconteceu uma grande crise no modo de produção capitalista, ocorrendo um intenso período de recessão, abalando fortemente o mundo do trabalho, repercutindo em profundas alterações nas relações de produção. Essas transformações afetaram a classe trabalhadora através da precarização das condições de trabalho. Segundo Iamamoto, “No atual quadro recessivo de economia mundial, as lutas sindicais são fragilizadas e a defesa do trabalho dificultada diante do crescimento das taxas de desemprego”. Aumentando cada vez mais as demandas da questão social, então de acordo com Couto, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social; logo após foi instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social SINPAS, que congregou o INPS, o INAMPS recém-criado para dar conta da assistência médica, retirando-a do INPS e medidas como o benefício previdenciário, Renda Mensal Vitalícia RMV que contemplava os trabalhadores maiores de 70 anos com o valor de meio salário-

mínimo, que tivessem pelo menos 12 meses de contribuição. Além disso, de acordo com Bravo foi criado o:

Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), composto por duas autarquias: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), para a prestação da assistência médica, e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), cabendo-lhes a atividade financeira do sistema e integrada pelas demais entidades: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNA BEM); Empresa de Processamento de Dados da Previdência (DATAPREV); Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR) e Central de Medicamentos (CEME) como órgão autônomo. BRAVO 2010, pág. 36.

Portanto, paralelamente à expansão das políticas sociais, ocorre a privatização de alguns serviços de saúde, educação e moradia, que vigoram até o final da década de 70, período intitulado de milagre brasileiro. Nesse período ocorre a instalação de grandes empresas multinacionais, bem como a aplicação dos serviços foi feita com grande participação do setor privado. A igreja, as empresas e os intelectuais também questionavam o regime militar. Só com a anistia datada em 1997 que foi possibilitado o perdão aos torturadores e concedeu direitos políticos e civis, considerados inimigos internos do regime militar.

Na década de 80 com vestígios do período de milagre brasileiro, houve-se a reorganização da classe trabalhadora, contra o regime vigente que durante este período esteve paralisado, devido aos instrumentos repressivos e a estratégia política de cooptação das frações mais organizadas dos trabalhadores; neste mesmo período ocorre ainda a crise fiscal, luta pelas eleições direta e pelo fim da ditadura militar. Como resultado deste processo se obtém a elaboração da Constituição federal de 88.

A política social na década de 80 passa por um período reformista², e após a carta constitucional a política de assistência social se legitima, com nova forma de organização do sistema federativo brasileiro, o governo federal assumiu as políticas

2 Período reformista: segundo Fagnani apud Silva, 1997. 63. Crescimento sustentado, aplicação do emprego, aumento do salário real, melhor distribuição de renda, reforma agrária, seguro-desemprego, revisão da legislação trabalhista e sindical, descentralização político administrativo, participação e controle social, redefinição padrão regressivo de financiamento das políticas sociais, a universalização do acesso, ampliação do impacto redistributivo.

sociais e assumiu a maior parte da execução políticas públicas. E Pereira destaca que:

As políticas sociais tornaram-se centrais, nessa década, na agenda de reformas institucionais que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta constituição, a reformulação formal do sistema de proteção social incorporou valores e critérios que, não obstante antigos no estrangeiro, soaram, no Brasil como inovação semântica, conceitual e política. Os conceitos de direitos sociais, universalização, equivalente, descentralização político-administrativa, mínimos sociais, dentre outros, passaram de fato a constituir categorias-chave norteadas na constituição de um novo padrão de política sócia a ser adotado no país. PEREIRA 2006 pág. 152.

Logo se observa os avanços em determinados aspectos, como os direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, onde a constituição de federal de 1988 passou a ser conhecida como "constituição cidadã". PEREIRA 2006 pág. 152.

Com tudo a transferências de atribuições, e responsabilidade são repartidas entre as três esferas de governo, dando a cada autonomia necessária para organizar a gestão das políticas, assim a descentralização³ e democratização da políticas sociais fica a incumbência de cada município e estados.

Essa mesma constituição vista por uns, como constituição cidadã, mantém em si forte traços do conservadorismo, porém é um espaço onde se busca soluções para os problemas sociais do Brasil, onde se encontra desafios entre o velho e o novo, batendo de frente uma Constituição programática e eclética, abrindo espaço para as legislações complementares, por meio das emendas populares.

Após a conquista da Constituição Federal e das eleições diretas, o primeiro presidente eleito foi Fernando Collor de Mello em 1989, com o governo de Collor ocorreu certo retrocesso, econômico e social, retomando aos trabalhos assistenciais, seus planos de trabalhos não obtiveram sucesso, então seu vice Itamar Franco

³ Na política de assistência social, autonomia manifesta-se sob a forma de descentralização de competências, recursos, atribuições ou responsabilidades para os estados e municípios, não significando o esvaziamento de funções dos níveis mais centrais de governo. COSTA 2003 pág. 41

assumiu a presidência, este por sua vez manteve seu foco para as políticas internas, controle da inflação, adoção da nova moeda brasileira, que na época era o Real, e no que se refere a Política de Assistência Social a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, direcionou sua atuação frente as áreas de saúde, educação, moradia e segurança, buscando construir um estado “modernizado”. A saber, que o Plano Real foi um plano econômico, desenvolvido e aplicado no Brasil durante o governo de Itamar Franco. Desenvolvido em 30 de junho de 1994, tinha como principal objetivo a redução e o controle da inflação mudança sistemática da política global, abrindo caminho cada vez mais ao neoliberalismo, privatizações e tirando do estado o seu papel frente as mazelas sociais, abrindo caminho ao voluntariado e as ONG’s Organização Não Governamentais, e instituições privadas, sendo que este também foi marcado por baixos salários, alto índice de desemprego e crescimento do mercado informal de trabalho.

No entanto, as áreas sociais não ficaram totalmente abandonadas, foi criado ainda neste governo, como forma de enfrentamento a pobreza através de medida provisória, o programa Comunidade Solidaria, porém com suas medidas fragmentadas, este acabou retomando ao assistencialismo deixando as políticas sociais padecerem, desconsiderando os princípios norteadores da Constituição Federal de 88 que traz a descentralização das políticas públicas de direitos sociais.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003 a população mais favorecida, foi a camada vulnerável da sociedade, pois seu governo era de política de esquerda, trouxe a tona um trabalho voltado para o social, atuando com programas de transferência de renda, para que a riqueza socialmente produzida alcance minimamente a classe trabalhadora. Sob a ótica do neoliberalismo vale ressaltar que com os programas criados pelo governo Lula, sujeitos de direitos passam a ser visto como objetos de contenção, em vez de capacitar cidadãos providos.

O governo Lula foi marcado por dois momentos, o primeiro foi o esforço em demonstrar a subordinação às políticas monetaristas, além disso, prometia uma

empreitada contra a fome consolidando as políticas universalistas da educação fortalecimento dos Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no entanto tais metas não foram alcançadas. No segundo momento o afastamento dos movimentos de massa que deram sustentação no período eleitoral foi fundamental para que as políticas se direcionassem sobre os extratos das classes trabalhadoras não organizadas e duramente precárias instaurando as políticas compensatórias.

1.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: O SUAS EM DEBATE.

Abordar a política de assistência social no contexto neoliberal⁴, é necessário, compreendendo que tal política, se caracteriza enquanto uma política pública de responsabilidade do estado, trabalhando em duas vertentes, primeiro, enquanto atenuante aos efeitos do pauperismo, causado pelas contradições no contexto capitalista, expostos no primeiro capítulo, e segundo, enquanto forma de controle de massa para proteção do capital nos conflitos existentes. Para tanto Castell afirma que:

[...] a globalização econômica e o ideário neoliberal provocou, para além da reestruturação produtiva, o aprofundamento da informalidade laboral e da fragilização das entidades sindicais. Além disso, trouxe também um processo de “desidentidade” social, ou de desfiliação. CASTEL 2005 pág. 95.

Os processos que determinam as transformações societárias vêm apresentar como fator primordial as diversas mudanças ocorridas na sociedade, após a instauração do neoliberalismo, em faces as manifestações da questão social, em diferentes momentos.

É importante então compreender que nos anos anteriores a 1934 a

4 Doutrina em voga nas últimas décadas do século XX, que favorece uma redução do papel do Estado na esfera econômica. AURÉLIO 2002P, 484.

Assistência Social era realizada com atitudes de benemerência, providas por entidades privadas e de caridade, direcionada aos menos favorecidos.

A Constituição Federal de 1934, portanto começa a direcionar a constitucionalização da Assistência Social, tornando responsabilidade do estado, o amparo a maternidade, e a infância atuando de forma a proibir o trabalho infantil.

Em 1946 foram incluídos como detentores desses direitos os adolescentes e as famílias de proles maiores. Anos mais tarde, em 1969 a educação dos excepcionais também se tornou obrigação do Estado.

Para tanto a Política de Assistência Social no Brasil se legitima apenas em 1988 com a carta constitucional, que traz a política de assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, sendo esta de caráter democrático, com gestão descentralizada e participativa. Como define a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 194.

A seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 88.

Sendo assim formou-se o tripé da seguridade social, este, formado pela Saúde, Previdência e Assistência Social, conforme Araújo 2006, o Brasil, ampliou-se o conceito de seguridade social, preconizando que todos devem ter o direito aos benefícios que ela distribui e o dever de contribuir para manter a solidariedade entre gerações. É válido salientar que esse resultado foi uma atitude deliberada das sociedades através do apoio à intervenção do Estado, e não uma consequência da ação do mercado. Assim Araújo et al, afirma que:

A seguridade social no Brasil, quanto à gestão do Regime Geral da Previdência, é organizada pelo Ministério da Previdência Social, devendo ser executada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, auxiliada pelas secretarias estaduais de assistência social, estados envolvidos, ainda, o Ministério da Saúde (as secretarias dos estados da federação) e o Ministério do trabalho e Emprego. Há ainda os Regimes Próprios de Previdência, sob a gestão dos entes federativos (estado, municípios, Distrito Federal) que os criarem, sendo que a Saúde e a Assistência Social podem ser assumidas

pelos entes federativos. ARAÚJO 2006, MARTINEZ 1999.

Portanto a partir dos anos 90, a política nacional veio acompanhada da lógica neoliberal, onde se firmou os programas sociais com ênfase nas privatizações e descentralização, direcionando parte da responsabilidade da execução das políticas sociais, as instituições não governamentais, assim Raichelis afirma que:

[...] tal movimento relaciona-se com a desregulação do papel do Estado na economia e na sociedade, a partir do que o Estado passa a transferir parcelas de responsabilidade para as comunidades organizadas, em ações de parceria com as denominadas organizações não-governamentais. [...] (RAICHELIS, 1998, pág. 76).

Constata-se uma desvalorização das políticas públicas, com foco maior para a proteção social, como a política de assistência, onde era visada a segurança de sobrevivência, de acolhida e de vivência familiar. “A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência, (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”. PNAS 2004 pág. 27. Para tanto a Política Pública de Assistência Social é marcada no campo das políticas sociais, pois configura as responsabilidades do Estado a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.

No dia 7 de dezembro do ano de 1993, foi publicado no diário oficial da União a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742, que estabelece normas e critérios para a organização da assistência social. O Art. 1º da LOAS afirma que: “A assistência social se constitui enquanto um direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política não contributiva, que visa garantir o atendimento as necessidades básicas”. LOAS 1993. Logo compreende que LOAS, é fruto de debates políticos e lutas dos segmentos progressistas da sociedade civil junto a categorias profissionais que diretamente executam a política de assistência social, consolidando um conjunto de proposições para a organização da assistência social brasileira. A LOAS traz que:

A assistência social realiza-se de forma integrada as políticas setoriais,

visando ao enfrentamento da pobreza, e a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de conciliações para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. LOAS 1993.

Entretanto, a LOAS preconiza princípios como a universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade, igualdade, rompimento com o preconceito e discriminação, execução dos serviços, programas, projetos e benefícios.

No entanto, primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS), veio após cinco anos de promulgação da LOAS em 1998, têm como princípios: a supremacia do atendimento às necessidades sociais; a universalização dos direitos sociais; o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e à convivência familiar; a igualdade de direitos no acesso ao atendimento; divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, contudo o primeiro texto da PNAS não teve atuação o suficiente em termos de coordenação e regulação no processo de organização do sistema, para tanto em 22 de setembro de 2004 foi aprovada a nova PNAS, que busca efetivar a assistência a partir do SUAS, estabelecendo os parâmetros do novo modelo de gestão do SUAS na direção da universalização dos direitos sociais que são reafirmados na PNAS 2004 em seus princípios:

[...]Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

- I – Supremacia do atendimento as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito aos benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se de qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência as populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para a sua concessão.

Buscou-se com a PNAS incorporar todas as demandas presentes na sociedade brasileira enquanto de responsabilidade do Estado, definindo também os destinatários da Assistência Social, além de trazer de forma clara e específica a

descentralização político-administrativa, a participação popular, a primazia da responsabilidade do Estado na condução em cada esfera de governo. A PNAS ressalta que:

O artigo 11º da LOAS coloca, ainda, que as ações das três esferas de governo na área da assistência social, realiza-se de forma articulada cabendo a coordenação e a execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. PNAS, pág. 37.

Estabelece-se ainda como funções básicas da Assistência Social, assegurada por um conjunto de ações, cuidados, atenções e benefícios para redução e prevenção do impacto das fragilidades pessoais e sociais ela vem especificando a proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, a vigilância social, a produção e sistematização de dados e indicadores e índices territórios na situação de vulnerabilidade e risco, pessoal e social, e estes devem contribuir para a inclusão e a equidade do usuário em grupos específicos, e a centralidade na família, garantindo o convívio familiar e comunitário. A NOB/SUAS afirma que:

A proteção social de Assistência Social se ocupa das vitimações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas a dignidade humana. NOB/SUAS. pág. 18.

É importante ressaltar, que a PNAS é leva em conta os três elementos fundamentais na perspectiva da proteção social, as os usuários, as circunstâncias e o núcleo de apoio, ou seja, a família, portanto é de suma importância relacionar o usuário ao território onde vive, para compreender melhor a realidade dos indivíduos, ou da família, possibilitando efetivar a descentralização, a intersetorialidade⁵ e o trabalho em rede.

5 Para Menicucci 2002, pág. 11. “a intersetorialidade significa uma nova maneira de abordar problemas sociais, enxergando o cidadão em sua totalidade e estabelecendo uma lógica para a gestão de cidades” e ainda “o novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade uma vez que o objetivo é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território.

Para tanto compreende-se a importância da territorialidade como, forma de organização das proteções básica e especial de média e alta complexidade, sendo os Centros de Referência e Assistência Social – CRAS, e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, estes equipamentos públicos, estatais onde ocorre a oferta de serviços de proteção social. A TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS reforça no que compete a proteção social básica que,

Todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território da abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos, bem como o serviço de proteção social básica no domicílio para pessoa com deficiência e idosos, devem ser referenciados e manter articulação com o PAIF. É a partir do trabalho com famílias no serviço do PAIF que se organizam os serviços referenciados no CRAS. Tipificação dos serviços socioassistenciais, aprovada pela resolução 109 de 11 de Novembro de 2009.

Assim os serviços no que cabe a proteção social básica devem ser atribuídos ao CRAS, e de forma indireta, nas entidades e organizações ligadas a rede socioassistencial.

Os serviços ofertados no CRAS são, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF; que vem a ser oferta de ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa com Deficiência e Idosa, é um Serviço da Proteção Social Básica é um serviço que tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades, prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento e o Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos; o qual daremos um enfoque maior, pois este é o objeto a ser estudado. O S.C.F.V se realiza em grupos organizados de acordo com idade e ou vivências, de

modo a prevenir as situações de risco social, este se objetiva em ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo, pautado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada indivíduo, prevenindo situações de vulnerabilidade social.

Os serviços da proteção especial de media e alta complexidade devem ser ofertados no CREAS, e pela rede parceira da política pública de Assistência Social em complementação do Estado, conforme está disposto na PNAS 2004:

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência do abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, o uso de substâncias, psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros. PNAS, 2004, pág. 31.

Para tanto os serviços oferecidos por este são, Serviço de proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, que vem a ser um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias comum ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e as submetem a situações de risco pessoal e social. O Serviço Especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras. O Serviço de Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços a Comunidade, este serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio

aberto, determinadas judicialmente. Para a oferta do serviço faz-se necessária à observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. Este serviço deve contribuir para o acesso a direito e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social do adolescente e jovem. O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoa com Deficiência, Idosos e suas Famílias é um serviço para pessoas com deficiência ou idosas com algum grau de dependência e suas famílias, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, como isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas, falta de cuidados por parte do cuidador, entre outras situações que aumentam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. Esse serviço promove atividades que garantem a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que usam o serviço. Nesse sentido, visa à diminuição da exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, da sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a superação das violações de direitos que fragilizam o indivíduo e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou idosa e o Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua é um serviço ofertado para as pessoas que utilizam da rua como espaço de moradia, tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento da sociabilidade, na perspectiva de fortalecer os vínculos interpessoais e familiares, que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Em 2005 conforme a necessidade de normatizar operacionalizar tem-se a aprovação da Norma Operacional Básica – NOB/2005, que institui o Sistema Único da Assistência Social — SUAS. A política alcança avanços expressivos que marcaram a sua implantação. A NOB/2005 definiu e normatizou conteúdos do pacto federativo, restabelecendo de forma unitária, hierarquizada e complementar as competências dos entes federados na gestão do financiamento e execução da Assistência Social. Para tanto Teixeira destaca que:

Deve-se ressaltar que, a construção desses instrumentos legais, dentre eles o SUAS, resulta do acúmulo de forças dos movimentos da sociedade civil,

como as lutas do Fórum Nacional de Assistência Social, dos assistentes sociais; das experiências municipais; de estudos e pesquisas dos institutos de pesquisa e universidades; e dos debates coletivos, como os realizados nas Conferências de Assistência Social, com destaque para a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, que deliberou pela implantação do SUAS, modelo de gestão próprio e único para todo o território nacional, que integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema integrado, descentralizado e participativo, tal qual preconizado pela LOAS. TEIXEIRA 2009, pág. 256.

Com a necessidade de se organizar a descentralização da política de Assistência Social criou-se a nova matriz para esta política reafirmando no artigo 6º da LOAS, que “as ações na área da assistência social deveram ser organizadas em um sistema descentralizado e participativo”. Então 10 anos após a promulgação da LOAS afirmou-se como ponto principal de deliberação a consolidação do Sistema Descentralizado e participativo, através do Sistema Único de Assistência Social.

A NOB/SUAS afirma que, “O SUAS e um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira”. Com as exigências mostradas pela própria sociedade e das manifestações da questão social, começa a ocorrer de forma gradativa a instauração do SUAS. E colocado também pela NOB/SUAS os Eixos Estruturantes da Gestão do SUAS.

[...] a) precedência da gestão pública da política; b) alcance dos direitos socioassistenciais pelo usuário; c) matricialidade sociofamiliar; d) territorialização; e) descentralização político-administrativo; f) financiamento partilhado entre os entes federados; g) fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; h) valorização da presença e do controle social; i) participação popular/ cidadão e usuário; j) qualificação de recursos humanos; k) informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados. SUAS.

Podemos então afirmar que o SUAS tem sido construído democraticamente, em uma direção que reforça a Assistência Social como política estatal, reafirmando a todo o momento a primazia do Estado e a municipalização como princípio organizativo da sua implementação. No artigo 7º da NOB/SUAS firma-se a garantia da proteção socioassistencial.

O desenvolvimento da oferta de serviços e benefícios que favoreçam aos usuários do SUAS, a autonomia, resiliência, sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social. NOB/SUAS.

Após todo o contexto exposto acima, em 11 de novembro de 2009 tem-se o texto da resolução de nº109 no Diário Oficial da União, o qual traz a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo um instrumento de suma importância para a padronização e implementação do SUAS, conforme o artigo 1º da Tipificação, “aprovar a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade”. Ou seja, a Tipificação separa, organiza, e orienta todos os serviços ofertados pelo SUAS. De acordo com a NOB/SUAS,

Trata-se efetivamente de operar um modelo emancipatório, que requeira, então a provisão das medidas da Política Nacional de Assistência Social que responda as necessidades individuais e privadas, decorrentes da situação de vida das famílias. Tal padrão se realiza a partir dos parâmetros de proteção elencados na PNAS/2004, que demarcam a sua especificidade no campo das políticas sociais e de responsabilidades do Estado, próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros. NOB/SUAS.

A rede socioassistencial deve se organizar e estar atenta para desenvolver os programas e projetos proposto, voltados pra a emancipação dos usuários do SUAS, respeitando seus eixos e estando inteiramente ligados, a LOAS, PNAS, NOB/SUAS a Tipificação e as demais normatizações que são utilizadas para nortear a Política Nacional de Assistência Social.

1.3 A FAMÍLIA BRASILEIRA E SUAS NOVAS CONFIGURAÇÕES

Ao realizar um resgate histórico no que se refere à família, poder-se-á compreendê-la em seus aspectos mais abrangentes, como parte de um processo histórico e sociocultural, esta também é considerada como, primeira instituição social

da humanidade.

Para tanto até o século X, a família não era conhecida por suas expressões, e sim por seus patrimônios, o que naquele período levou a concepção de linhagem, trazendo como objetivo preservar o patrimônio destes.

No século XV, a família começa a se concentrar em torno de crianças, estas crianças por sua vez eram educadas em escolas, para que se fosse garantido à transmissão de saberes de uma geração a outra.

Assim no século seguinte (sec. XVI), tem início a família medieval, que traz o patriarcalismo como uma de suas principais características, o pai era o chefe da casa e a esse cabia a função provedor e protetor dos demais membros da família. Para tanto também ocorreram neste século algumas mudanças que vão perdurar até o século XVII, sendo estas a perda dos direitos jurídicos da mulher, a soberania do marido na família, tornando a mulher “dependente” do marido em todos os aspectos.

Seguindo para o século XVIII, fica clara a separação da família e da sociedade, priorizando a privacidade familiar, apresentada até mesmo no planejamento arquitetônico da casa, onde ocorre a separação dos cômodos conforme o número de membros da família. Tais fatos são considerados como as maiores mudanças que aconteceram na vida cotidiana da família.

Na segunda metade do século XIX, com o processo de modernização e os movimentos feministas, a família patriarcal do século XVI passa a ser questionada, e abre caminho para a família conjugal moderna, sendo que esta família se origina com base em laços afetivos de livre escolha, e traz consigo a superação de dicotomia entre amor e sexo e as mudanças na definição do papel do homem e da mulher no casamento.

Para tanto, no século XX então é notável os traços da família patriarcal na família moderna, que se configura com novas características populacionais, número reduzido de filhos, aumento da coabitação e da união consensual; predomínio das famílias nucleares; aumento das famílias mono parentais co-chefia feminina, e aumento das famílias recompostas.

Com todas as mudanças ocorridas na família, com passar dos anos, A

Constituição Federal de 1988, passou a ver a família como responsável no prover dos mínimos sociais de seus membros, neste escopo o Estado passa a transferir a responsabilidade total dos problemas a própria família, se excluindo de qualquer responsabilidade, para tanto Kaloustian salienta que:

A nova definição constitucional de família tem a tornado mais inclusiva sem preconceitos; a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal; a consagração do divórcio; a afirmação do planejamento familiar como livre decisão do casal; e a previsão da violência no interior da família são os resultados das lutas feministas junto aos legisladores constituintes. KALOUSTIAN 1994, pág. 21.

Se obtém então um conceito mais amplo no que cabe a família e conforme previsto na Constituição Federal de 88 e reafirmado na PNAS, hoje um grupo de pessoas que vivem sob o mesmo teto também é considerada uma família, mesmo que esta não possua laços sanguíneos ou afetivos, seja apenas solidariedade, deve-se ainda considerar que, conforme afirma Gueiros:

O crescimento dos divórcios, a diminuição dos indices de casamento formal, a redução do número de filhos e o desejo das mulheres de tê-los, a emancipação da mulher no que cabe ao mercado de trabalho aparecem como outros aspectos significativos da família contemporânea e, por sua vez, favorecem novas configurações e a torna mais complexa. GUEIROS 2002, pág. 110.

Um pouco dessa escolha se deve ao contexto histórico que o país vivenciou durante as últimas décadas, principalmente na década de 1980, período intenso de discussões sobre feminismo, trabalho, desigualdade e direitos da mulher que desembocam na Constituição Federal de 1988.

A partir dos anos 1990 as famílias brasileiras passam por mudanças, as quais fazem parte de um processo da modernidade, conforme GOLDANI (1994) “a tendência é de uma diminuição no tamanho e uma maior diversificação nos arranjos domésticos e familiares”.

Hoje também se vivencia um período onde as mulheres conquistaram as chamadas liberdade e autoridade feminina, além de sua inserção no mercado de

trabalho, muitas entraram para universidades e ainda conforme SARTI afirma:

Nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de “chefe” (de autoridade) e definir se como a tal. A autoridade masculina e seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família, funções masculinas. Entretanto a desmoralização ocorrida pela perda da autoridade que o papel de provedor atribui ao homem, abalando a base do respeito que lhes devem seus familiares, significa uma perda para a família como totalidade que tendera a buscar uma compensação pela substituição da figura masculina de autoridade. SARTI 2007, pág. 67.

É importante ressaltar que essas mudanças se processam entre conflitos e tensões e que certas características dos diferentes modelos de família convivem num mesmo local, acentuando, assim, seu grau de complexidade.

Estudos acerca das dinâmicas familiares têm demonstrado que houve transformações profundas à ordem econômica, à organização do trabalho e fortalecimento da lógica individualista e a cada momento ocorrem mudanças de valores e liberação de hábitos costumes, trazendo serias consequências na organização familiar, rompendo os velhos padrões, adotando novos valores, condutas e estilos de vida.

Essas mudanças que aconteceram na sociedade vêm marcando a forma organizacional familiar ao longo da história, a diversidade de formas familiares foi sempre muito evidente, então alguns autores trazem algumas novas concepções de família e para Kaslow estes nove tipos de composição familiar são os quais se deve considerar:

“1) Famílias nuclear, incluindo duas gerações com filhos biológicos; 2) Famílias extensas, incluído três a quatro gerações; 3) Famílias adotivas temporárias (Foster); 4) Famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais; 5) Casais; 6) Famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; 7) Casais homossexuais, com ou sem crianças; 8) Famílias reconstituídas depois do divórcio; 9) Várias pessoas vivendo juntas sem laços legais mas com forte compromisso mutuo”. Kaslow 2001, pág. 37.

Assim a família independente das variedades de desenhos e formatações da atualidade, se constitui num canal de iniciação e aprendizado de afetos e das

relações sociais, bem como em uma unidade de renda e consumo que vem sofrendo variações com os abatimentos da globalização. Contudo esta traz como de sua responsabilidade o dever de ser o primeiro local de convivência, afeto, e proteção, além de ser o principal ambiente onde seus membros se reconhecem como parte de um grupo e como indivíduo capaz de agir e pensar, onde se desenvolve o sentimento de pertencimento, formação de caráter, valores, na qual se atribui as responsabilidades socioeconômica, determinada pelos interesses da classe burguesa, assim a Política Nacional da Assistência Social identifica que:

[...] são funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. PNAS 2004, pág. 29.

Sendo que a família cabe a função de mediação e socialização de seus membros, a função econômica para prover a manutenção da vida, da educação e a manutenção de cultura porém Kaloustian ressalta que:

A família enquanto forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento socioeconômico e pelo impacto da ação de Estado através de suas políticas econômicas e sociais. Por essa razão, ela demanda de políticas e programas próprios, que deem conta de suas especificidades, quais sejam, a divisão sexual do trabalho, o trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo e a família enquanto unidade de renda e consumo e forma de prestação de serviços em seu espaço peculiar que é doméstico. KALOUSTIAN, 1994, pág. 12.

Com a primeira Política Nacional de Assistência Social, de 1999, a família torna-se um princípio, com a “centralidade na família”. Pois esta se apresenta como desafio a ser enfrentado pela intervenção profissional a focalização “no grupo familiar e na comunidade como lugares naturais de proteção e inclusão social” se baseado em um princípio orientador: a “centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”. Para tanto a NOB 2005 afirma que:

Essa centralidade apresentada no SUAS, traz em sua base a concepção de que todas as outras necessidades e públicos da assistência estão de alguma maneira, vinculados a família que seja no momento de utilização dos programas, projetos e serviços de assistência, que seja, no início do ciclo que gera a necessidade do indivíduo de vir a ser alvo de atenção da política. A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia sustentabilidade e protagonismo social. NOB 2005 pág. 17.

Ao reconhecer e defender tal centralidade como princípio, aponta o trabalho junto à família como possibilidade de atuação integral e não fragmentada, visto que, que no geral, os usuários dos programas, projetos e serviços da assistência social, têm necessidades em diferentes áreas da vida social, bem como, nas diferentes faixas etárias, atingindo, portanto, toda a família e não apenas um de seus membros.

Cabe relatar que a predisposição da família, revela a centralidade com direcionamento voltado para cuidados e proteção da família, seguido pela responsabilidade do bem-estar de seus membros, enquanto canal natural de proteção social junto com o Estado, mercado e organizações da sociedade civil. Assevera Pereira que:

A PNAS/2004 coloca como objetivos da assistência social prover serviços programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ ou especial; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenha a centralidade da família e garantam a convivência familiar e comunitária. PEREIRA 2006 pág. 71.

Na política de assistência social a família se revela com valores explicitados conforme as políticas sociais brasileiras, demonstradas pelas causas ideológicas do Estado neoliberal, que vem de encontro a redefinição do papel do estado no âmbito das políticas de proteção social.

De acordo com A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica – NOB/SUAS:

A Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com

outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habilitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos. NOB/SUAS pág. 42.

A partir do SUAS então a matricialidade sociofamiliar antes vista como um princípio passa agora a ser um de seus pilares, que tem como função focalizar a família em seu contexto sociocultural e em sua totalidade, direcionado este por diretrizes e diversas Normas Operacionais Básicas, (NOB's) aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Vale considerar que a política de assistência social traz também a matricialidade sociofamiliar, com o objetivo de expressar e realizar um atendimento de modo geral as famílias, para tanto Souza afirma que:

Ao eleger a matricialidade sociofamiliar como pilar do SUAS, a Política Nacional de Assistência Social enfoca a família em seu contexto sociocultural e em sua integralidade. Neste sentido, para realizar o trabalho social com as famílias é necessário focar todos os seus membros e suas demandas, reconhecer suas próprias dinâmicas e as repercussões da realidade social, econômica, culturais vivenciadas por elas (SOUZA, 2010, pág. 02).

Observa-se, que para se entende a matricialidade sociofamiliar, devemos compreender todo o contexto a sua volta, não olhando apenas o indivíduo como único responsável pela situação de vulnerabilidade ou qualquer outra situação em que se encontre, trabalha-se o grupo para que assim se possa compreender, intervir de forma clara e objetiva, sem que qualquer um dos membros desta família sofra com outros dilemas futuramente.

Surge então um “novo modelo” de família, resultado da desigualdade econômica, social, racial e cultural, modelo esse, amplamente difundido pelos meios de comunicação e que conflitua com algumas das igrejas mais conservadoras, no entanto, é este modelo que orienta as novas legislações brasileiras consideradas de proteção social, muito embora, o Estado brasileiro seja incapaz de oferecer plenamente os serviços públicos, resultando numa mínima contribuição deste e sugerindo uma maior participação da comunidade e da família para dar suporte aos seus dependentes, geralmente idosos e crianças.

Entretanto o que é novo nas famílias é a forma como elas vêm se organizando nas suas relações, na sua dinâmica, na nova forma de convivência e relações entre os sujeitos e a coletividade. É na família que refletem as mudanças que ocorrem na sociedade, onde é reproduzida a subjetividade de seus membros e fortalecem os laços de solidariedade. Todas estas transformações significativas pelas quais a família vem passando, apresentam características que se alternam conforme as diferentes culturas.

Diante do exposto devemos perceber que a romântica ideia de que a família estaria presente como uma instituição eterna e mobilizada para com os seus, já não pode ser concretizada, ao invés disso é corriqueira a ideia de que a família inspira cuidados em vista das grandes transformações aqui já referidas.

CAPÍTULO 2 – A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO FAMILIAR

2.1 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A globalização ou mundialização é um fenômeno basicamente econômico mercado pela universalização do capital defendido como “novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial” (IANNI, 1997 pág. 7). Esse fenômeno gera transformações políticas, econômicas e sociais e culturais entre as nações do mundo.

Com o avanço da tecnologia nas telecomunicações e dos meios de transportes facilitou o contato entre os povos, favorecendo também o intercâmbio político, econômico e cultural entre os países. Destaca-se entre estes avanços a Internet, importante meio de comunicação que está se tornando cada vez mais popular e que contribui para a “desterritorialização de coisas, gente e ideias” (IANNI, 1997).

Podemos destacar que a globalização é, portanto, a fase mais avançada do capitalismo tornando o mesmo predominante no mundo, um fenômeno que ocorre em escala mundial surgindo para atender ao capitalismo, e principalmente os países desenvolvidos; de modo que os mesmos pudessem buscar novos mercados, tendo em vista que consumo interno se encontrava saturado.

A globalização iniciou-se na década de 60 quando começou a ocorrer uma nova divisão do trabalho com a expressão das transnacionais. Após a grande crise dos anos 70 iniciou-se um tempo em que a resolução na informática e nas comunicações foram as principais atividades sustentadoras dessa época. Esse desenvolvimento trouxe a descentralização dos processos produtivos e como consequência uma maior concorrência internacional, o que acelerou a internacionalização, conforme Sposati:

O maior impacto da globalização se manifesta na desregulamentação da força de trabalho, no achatamento de salários e no aumento do desemprego. Está é a fase perversa da globalização, pois em vez de trazer melhores condições aos povos, ela vem trazendo a globalização de indiferença com os excluídos. (SPOSATI, 1999, pág. 64).

A princípio poderíamos pensar que todo esse processo pudesse aproximar aos países e permitir que houvesse maior igualdade e qualidade de vida. Realmente era o que se desejava, porém não é esta a globalização que prevalece no mundo. Torna-se necessário destacar que quem mais sofre com as consequências da globalização são os países que apresenta uma economia mais limitada, devido não possuir o poder de aquisição para competir com os países mais ricos e com uma economia forte. De acordo com Chesnais:

As consequências são bem conhecidas: aumento das importações e deficit comercial dos países em desenvolvimento, redução dos suprimentos locais, acarretando o fechamento de empresas e elevação do desenvolvimento industrializante. (CHESNAIS,1996 pág. 228).

Atualmente segundo Silva, este processo se dá através da interligação e interdependência entre as diferentes sociedades e resulta em uma intensificação das relações comerciais, econômicas, políticas, sociais e culturais entre países, empresas e pessoas. Esse fenômeno é possibilitado pelo avanço das técnicas, com destaque para os campos das telecomunicações e dos transportes.

Toda essa evolução causada pela globalização trouxe muitos ganhos para a economia mundial. Milton Santos fala que:

Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia⁶ universal. Esta se tornou possível porque a partir de agora a produção se dá em escala mundial, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. As que resistem e sobrevivem são aquelas que obtêm a mais-valia maior, permitindo-se, assim, continuar a proceder e a competir. MILTON

6 A mais valia é o termo utilizado por Karl Marx em alusão ao processo de exploração da mão de obra assalariada que é utilizada na produção de mercadorias. Trata-se de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca.

SANTOS, 2001, pág. 30.

Sendo assim, é possível afirmar que este processo é visto como forma de gerar ganhos na economia mundial, realizando um “roda gigante” no mercado mundial, para que se possa produzir a mais-valia, sendo este o motor de todo esse processo. Porém Stiglitz salienta que:

Em muitas situações, os benefícios da globalização têm sido menores do que seus defensores apregoam, e o preço pago tem sido maior, já que o meio ambiente foi destruído e os processos políticos, corrompidos, além de o ritmo acelerado das mudanças não terem dado aos países tempo suficiente para uma adaptação cultural. As crises, por sua vez, que trouxeram em seu rastro o desemprego em massa, têm sido acompanhadas por problemas de desintegração social de maior prazo – desde a violência urbana na América Latina até os conflitos étnicos em outras regiões do mundo, como na Indonésia. Esses não são novos, mas a reação cada vez mais veemente no mundo todo contra as políticas que impulsionam a globalização é uma mudança significativa. STIGLITZ 2002 pág. 35.

Sendo assim é possível observar que com os avanços e ganhos alcançados com a globalização, surgem também as manifestações da questão social, tais como o desemprego estrutural. Brasileiro afirma que:

Mudanças rápidas nas exigências do consumidor em relação a produtos e serviços; demanda crescente do consumidor por produtos e serviços de qualidade; alteração no poder de compra da população; escassez de insumos produtivos e recursos críticos; alterações tecnológicas crescentes; escassez de determinadas habilidades; alterações no ritmo e na natureza das mudanças sociais. BRASILIANO 2003.

O desemprego estrutural então acompanhando o raciocínio do autor citado acaba por ser uma estratégia do próprio capitalismo e globalização para se manter ativo em meio as crises cíclicas do capital⁷.

7 A teoria das crises cíclicas do capitalismo está baseada na teoria marxista. Marx estava convencido de que haveria uma série de contradições no método capitalista de produção. Para ele, o capitalismo seria um sistema econômico autodestrutivo, porque desprovido de controle racional. Faria parte do sistema capitalista ir ao encontro de sua própria destruição. Nesse sentido, o capitalismo seria “progressista”, por ser uma etapa no caminho do comunismo. Imagine que o capitalista tenha dinheiro sobrando e use parte dessa sobra para modernizar sua fábrica. Ele compra maquinário novo para aumentar seu próprio poder de competição e, por isso, não precisa mais de tantos empregados. Acontece que ele não é o único a pensar assim. O que significa que a produção como um todo vai se tornando mais eficiente. As fábricas ficam cada vez maiores e,

A má distribuição de renda, a nova dinâmica de exclusão e inclusão social no mercado de trabalho, o trabalho em tempo flexível, que acaba por não ser “tão flexível” tendo em vista o quando das mulheres inseridas neste aspecto, a falta do relacionamento familiar, analisando do ponto de vista em que pais trabalham o dia todo, os filhos estudam e acabam por não ter um momento de vivência familiar, permitindo que a cada dia, as crianças e adolescentes tenham acesso as experiências contrárias as apregoadas como de boa moral ou de boa índole.

A reestruturação da produção associada ao neoliberalismo vem acarretar profundas mudanças na vida da sociedade como um todo e particularmente na classe trabalhadora que veio a retirar direitos a eles adquiridos ao longo dos anos, além de fragmentá-la, heterogeneizá-la e complexificá-la.

De acordo com Tavares, essas alterações no mundo do trabalho, trouxe a perda da estabilidade do trabalhador, devido uma substituição do trabalho vinculado a empresa, pelo vínculo temporário e a terceirização, acarretando prejuízos para o trabalhador, perdendo assim, os direitos trabalhistas adquiridos há anos.

Contudo, a globalização deveria proporcionar condições específicas para o Estado, oferecendo o acesso ao básico para inclusão, em vez de ressaltar as diferenças, que a cada dia se tornam visível, porém o Estado não se responsabiliza e assim transfere de forma sutil para a sociedade.

De acordo com Yasbek:

Os contrastes entre miséria e abundância observáveis “a olho nu” em nossa experiência diária mostram que a evolução econômica do capitalismo brasileiro fortaleceu ainda mais a desigualdade do que a diminuiu. Sabemos que o Estado, para obter legitimidade, necessita desenvolver ações que, pelo menos, no nível da aparência se volte para o enfrentamento dessa desigualdade. YASBEK, 1993, pág. 50.

pouco a pouco, vão sendo concentradas nas mãos de uma minoria. Como consequência, cada vez menos trabalhadores são necessários, o que resulta em mais e mais desempregados. Aumentam, portanto, os problemas sociais. Para Marx, crises como essas seriam um sinal de que o capitalismo marcharia rumo à própria destruição. Na descrição de Marx, o capitalismo possuiria vários outros elementos autodestrutivos. Sempre que o lucro for investido nos meios de produção, sem que haja um excedente suficiente para garantir a continuidade da produção a preços competitivos, o dono da fábrica terá de baixar salários a fim de poder comprar matérias-primas para a produção. Quando isso ocorre em grande escala, os trabalhadores empobrecem tanto que não podem comprar mercadorias. Com a queda do poder de compra, o colapso do sistema se torna iminente. Surgiria assim uma situação revolucionária.

Todavia, com a evolução do capitalismo, o Estado reduz suas intervenções e deposita sobre a família e a sociedade de muitas responsabilidades, tendo em vista a condição e a realidade vivida pelas famílias que mal conseguem se sustentar.

Segundo Sposati:

(...) o maior impacto da globalização se manifesta na desregulamentação da força de trabalho, no achatamento de salários e no aumento do desemprego. Esta é a fase perversa da globalização, pois em vez de traduzir melhores condições aos povos, ela vem trazendo a globalização de indiferença com os excluídos. (SPOSATI, 1999 pág. 65).

No contexto da globalização sob a ótica neoliberal a política social, se encontra sem os direitos sociais, pois apesar dos direitos básicos serem adquiridos na CF 88 não são respeitados pela classe de dirigentes do Estado e do Capital. O neoliberalismo redireciona para o corte de gastos sociais, a desativação de programas e a redução da responsabilidade do estado retirando-se do campo social. Sposati destaca que:

O que estamos vivendo é a denominada globalização do capital que tem por fundamento os ideais neoliberais, que transformam a sociedade em sociedade de risco. Rompem-se as garantias sociais como fato e com expectativa. O resultado maior é o crescimento da exclusão social. SPOSATI 1999.

Transformações têm aprofundado a desigualdade social, criando o fenômeno que denominamos exclusão social, que pode ser histórico e cultural, possuindo várias interpretações, essa é a realidade do mundo e do Brasil que tem a concentração do capital nas mãos de poucos, sendo assim, é quase impossível encontrar uma maneira de superar a exclusão social, pois existem falhas nos serviços e nas políticas voltadas para o enfrentamento das mesmas.

Portanto, dentro de uma sociedade globalizada e extremamente capitalista, podemos encontrar também os subalternizados que assim como excluídos são privados do acesso ao conhecimento e a mudança da situação em que se

encontram.

Objetivamente a política neoliberal insere a desregulamentação do Estado no campo social e visa um processo acelerado de descentralização e privatização contribuindo com o aumento da pobreza, fome e miséria em todo o país.

Para tanto o neoliberalismo é a intervenção do governo de maneira indireta na economia, uma vez que não havia a possibilidade de uma disciplina no mercado quando este fluuava de acordo com a lei da oferta e da procura, e a globalização enquanto fruto do neoliberalismo, vem atingindo todo um conjunto de fatores a produção, as patentes, as finanças, o comércio a publicidade e a economia, trabalhando e pensado em escala global, atingindo todas as camadas da sociedade sobre tudo as famílias.

2.2 O PERFIL SOCIAL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS ESPLANADA

Para a construção do presente estudo foi realizada uma pesquisa qualiquantitativa semiestruturada, por amostragem e com aplicação de um questionário, onde buscou-se compreender o perfil social das famílias inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS ESPLANADA, segundo WEBB:

A pesquisa qualitativa é utilizada otimamente para aumentar o entendimento, expandir o conhecimento, esclarecer a utilização, gerar hipóteses, identificar uma gama de comportamentos, explorar/explicar motivações e atitudes, destacar grupos comportamentais distintos e prover insumos para futuras pesquisas. A pesquisa qualitativa também pode ser usada para estudos exploratórios básicos, desenvolvimento de novos produtos, desenvolvimento de criação, estudos de diagnósticos e projetos táticos de pesquisa. WEBB 2005 pág. 129.

Conforme previsto no pre projeto de TCC a pesquisa foi realizada no mês de outubro do ano corrente, e a sistematização da pesquisa norteara a confirmação do

objeto proposto, sendo este conhecer o perfil social das famílias inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O CRAS Esplanada foi escolhido para a realização da pesquisa devido ao fato das alunas autoras do TCC estarem inseridas no local enquanto estagiarias. Neste local foi possível os primeiros contatos com a demanda do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, despertando em nós o interesse de ir além do que nos era proposto, nos disponibilizamos assim a conhecer e estudar as famílias acompanhadas pelo serviço.

Para tanto o CRAS esplanada está localizado à Rua Juca Lopes nº 185 no bairro Esplanada. O mesmo tem como área de abrangência os distritos de Santa Luzia, São Cândido, Patrocínio e Suíço, os bairros de abrangência são Nossa Senhora das Graças, Zacarias, Esplanada, Vale do Sol, Dario Grossi, Salatiel, Santa Zita parte do centro, sendo esta a Rua Coronel Antônio da Silva. O espaço institucional conta com uma equipe multiprofissional, sendo um Coordenador, três Assistentes Sociais, um Psicólogo, um Auxiliar Administrativo, três Orientadoras Sociais, duas Facilitadoras de Oficinas e um Ajudante de Serviços Gerais.

Os serviços ofertados pelo CRAS são, PAIF (Programa de Atendimento Integral a Família), BPC (Benefício de Prestação Continuada), Descumprimento das Condições do Programa Bolsa Família, S.C.F.V (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Conforme previsto pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que acontece hoje é proveniente de um reordenamento que vem acontecendo de forma progressiva desde 2009, trazendo como objetivos do serviço a garantia de aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, para então complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social, pessoal e familiar.

Sendo assim o S.C.F.V é um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e

incentivar a socialização e a convivência comunitária. A forma de intervenção social utilizada no serviço é planejada e deve criar situações desafiadoras, que estimule e oriente os usuários na construção e reconstrução de suas histórias. Este se organiza de modo a trocar experiências culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e identidade, fortalecendo os vínculos familiares, incentivando a socialização e a convivência comunitária.

O caráter do S.C.F.V tem funções preventivas e proativas, tendo seu respaldo na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, na busca de resultados e/ou alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

O desenvolvimento do trabalho deve prever ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos, por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.

E para cumprir o que está previsto na Política Nacional de Assistência Social, este serviço deve ser realizado em articulação com o PAIF, promovendo o atendimento das famílias e dos usuários de ambos os serviços.

Na busca da resposta ao objeto proposto, foi realizada uma pesquisa com as famílias inseridas no S.C.F.V. da sede, para tanto são atendidas pelo serviço 278 famílias, que são divididas em 5 grupos, conforme a faixa etária destas, assim a pesquisa foi realizada com 2 participantes de cada grupo, alcançando aproximadamente o total de 3,60 % dos participantes do serviço.

Quando perguntamos quantas pessoas residem na casa, tivemos como resultados as seguintes percentagens, 40 % das famílias são compostas por 1 a 3 membros e 60% são formadas por 4 a 6 pessoas, conforme apresentados no gráfico 01.

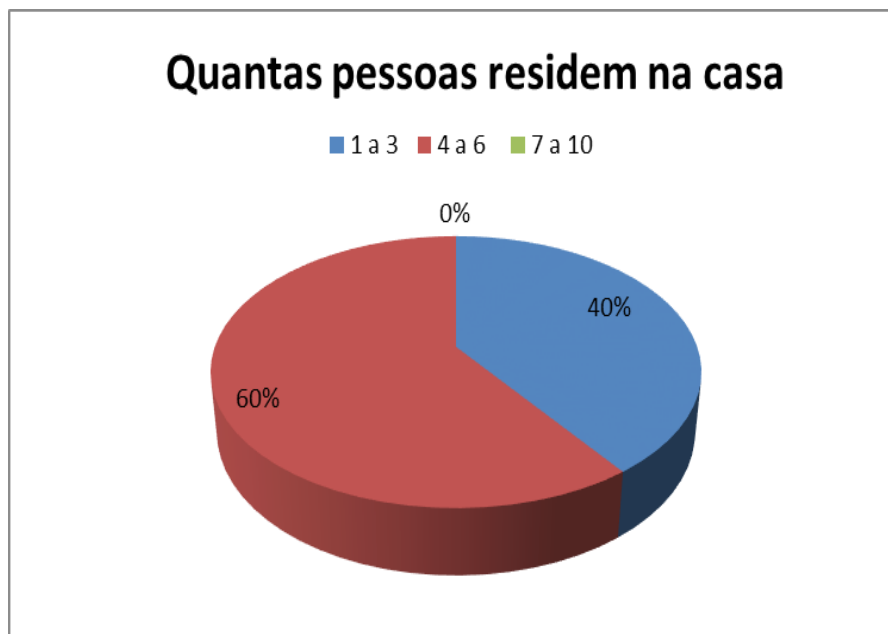


Gráfico 1: Quantas pessoas residem na casa

Parafraseando GOLDANI 1993, vemos que as transformações estruturais na família brasileiras são compreendidas como parte do processo de alterações econômicas e sociais que vem atingindo todas as camadas da sociedade. Anteriormente a família era mais numerosa, e assim conseqüentemente mais pessoas trabalhavam para contribuir com as despesas da família, para tanto hoje o contexto é outro denominado de “menos e mais”, quanto menor a família mais fácil é para manter as despesas em dia. Sendo assim a redução no número de membros de uma família se explica também na redução de gastos em todos os aspectos alimentação, educação, vestimentas dentre outras. Isso se dá também devido ao desemprego estrutural que vem acontecendo nos últimos anos, para tanto neste mesmo raciocínio onde o menos e mais acontecem situações onde a responsabilidade de prover o sustento da família fica apenas sobre um membro e a outra fica com a responsabilidade afetiva e de cuidados com o lar e filho.

Quando perguntamos quantas pessoas trabalham, tivemos as seguintes respostas 1 a 3 100% das famílias entrevistadas conforme apresentado no gráfico 02.



Gráfico 2: Quantas pessoas trabalham

Assim SCHONS afirma que:

“A precarização do trabalho – por se tratar de uma questão intrínseca ao sistema, comandado por novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno – é a mesma questão social suscitada pelo pauperismo da primeira metade do século XIX, que hoje tem nesta precarização apenas novas manifestações”. (SCHONS, 2007, pág. 28).

Desta forma o exorbitante processo citado acima em momento algum ocorre isoladamente, este por sua vez influencia e abala as estruturas não só da família como também a da sociedade em um contexto geral, aliado ainda ao neoliberalismo e a globalização, reforçando a todo o momento o poder do capital sobre a sociedade menos favorecida, onde se abre caminhos para as chamadas políticas sociais. A diminuição de pessoas de uma mesma família inseridas no mercado de trabalho deixa claro as dificuldades enfrentadas no que cabe ao mercado de trabalho.

Quando perguntamos a renda mensal das famílias tivemos as respostas sistematizadas no gráfico 03.

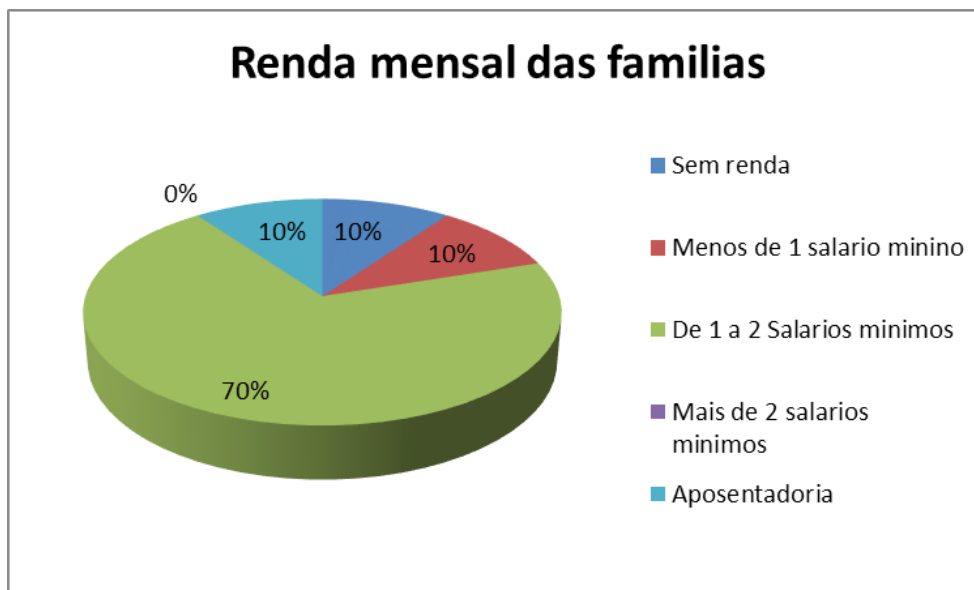


Gráfico 3: Renda mensal das famílias

Assim vemos que 70 % das famílias acompanhadas tem renda mensal no valor de um a dois salários mínimo, 10% tem a renda no valor de um salário-mínimo, 10% tem a renda proveniente de aposentaria, e os outros 10% não possui renda, assim conforme enfatiza YAZBEK:

São mudanças que se explicam nos marcos de reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado que vem sendo implementada por meio de uma reversão política conservadora, assentada no ideário neoliberal que erodiu as bases do sistema de proteção social e redirecionou as intervenções do estado no âmbito da produção e distribuição da riqueza social. YAZBEK 2004 pág. 36.

É no âmbito familiar onde se manifestam os maiores impactos das crises financeiras, isso porque os exorbitantes processos decorrentes das crises deixam como marca registrada uma sociedade capitalista, que tende a cada dia mais mostrar-se com a logica do lucro e da exploração, deixando claro o baixo poder de consumo dos menos favorecidos.

Portanto o gráfico 04 apresenta as respostas que tivemos quando perguntamos se a renda da família era o suficiente para cobrir as despesas básicas da família.



Gráfico 4: Renda suficiente

Partindo do ponto de vista onde renda suficiente é consolidada quando se possui um ganho mensal suficiente para cobrir todas as despesas (água, luz, alimentação, gastos com saúde e aluguel), observa-se que a grande maioria possui renda suficiente para prover as necessidades mínimas de sobrevivência destas famílias, e apenas 20% declaram que a renda não tem sido o bastante para suprir as necessidades básicas, e estes ficam a mercê das políticas sociais, e para tanto recorrem ao CRAS com mais frequência para pedir “ajuda” na sua grande maioria buscando os chamados Benefícios Eventuais (cesta básica) criando para si a visão de clientelismo e não de direito, há alguns casos onde os usuários desistem de buscar a emancipação e se tornam dependentes do sistema, ou seja, incapaz de se ver como cidadão de direitos.

O gráfico 05 trará a porcentagem de usuários que recebem algum tipo de benefício do governo.

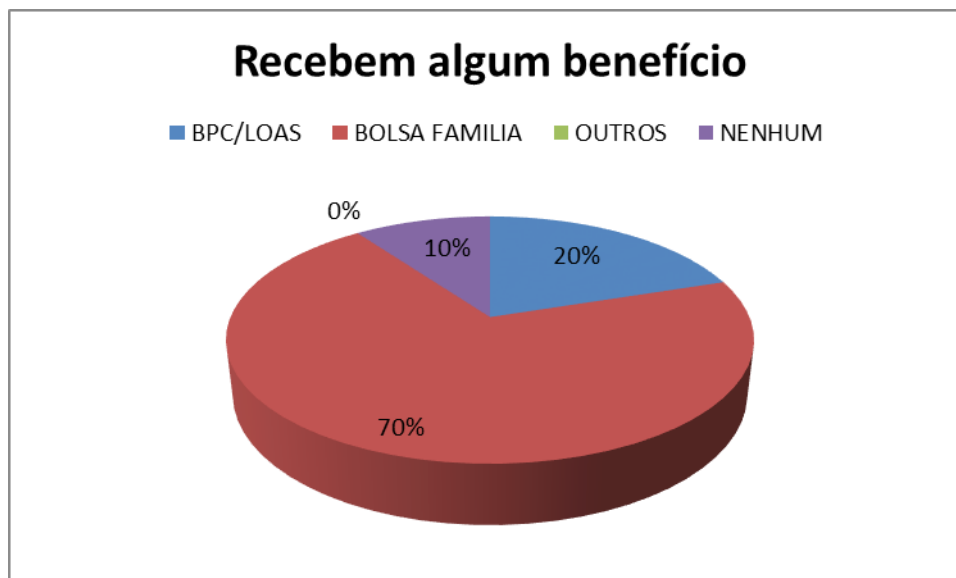


Gráfico 5: Recebem algum benefício

Observa-se então que 70% das famílias atendidas são beneficiárias do programa Bolsa Família sendo que este programa visa contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais, sendo estes o Complemento da renda, todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal, o Acesso a direitos as famílias devem cumprir algumas condicionalidades, que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, a Articulação com outras ações o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza, 20% são beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada) sendo que este é um benefício individual, não vitalício e intransferível. Instituído pela Constituição Federal de 1988, que garante a transferência de 1 (um) salário-mínimo à pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família e os outros 10% não recebem nenhum tipo de benefício.

O gráfico 6 relata a situação do imóvel onde a família reside,

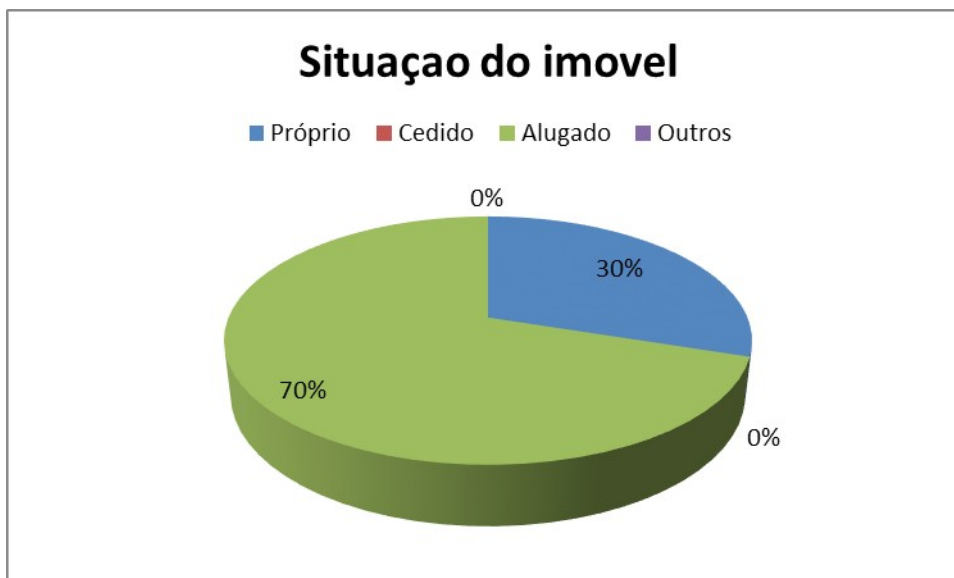


Gráfico 6: Situação do imóvel

O gráfico apresenta que 30% residem em casa própria, mesmo que estes imóveis se encontrem em condições precárias, para tanto vale lembrar que conforme estudado e confirmado com a pesquisa as condições que são impostas as famílias não permite que estes tenham a qualidade desejada mais sim uma casa simples que dê a estes a segurança de possuir um “teto”, e 70% residem em imóveis alugados, fato este que compromete parte da renda destas famílias, e privando de algumas atividades de que são de direito destes.

Pode-se então observar com o gráfico 7 a seguinte que quando foi questionado sobre as atividades de lazer praticadas pelas famílias tivemos as respostas apresentadas abaixo:



Gráfico 7: Atividades para lazer

As famílias aqui estudadas têm como atividades de lazer com maior relevância a televisão alcançando o percentual de 56% seguido por outros 28% que desenvolvem outras atividades em seus momentos de lazer, 11% praticam esportes e 5% ouvem músicas. Assim conforme artigo 6º da CF 88 vemos que:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).

Mesmo sendo um direito constitucional, hoje encontramos várias famílias que não possuem nenhuma atividade para lazer, fato esse que se torna cada vez mais comum, e quando se associa a condição financeira e ou “tempo” devido a correria do dia a dia das famílias.

O gráfico 08 apresenta as respostas que tivemos quando perguntamos as dificuldades enfrentadas pelas famílias.

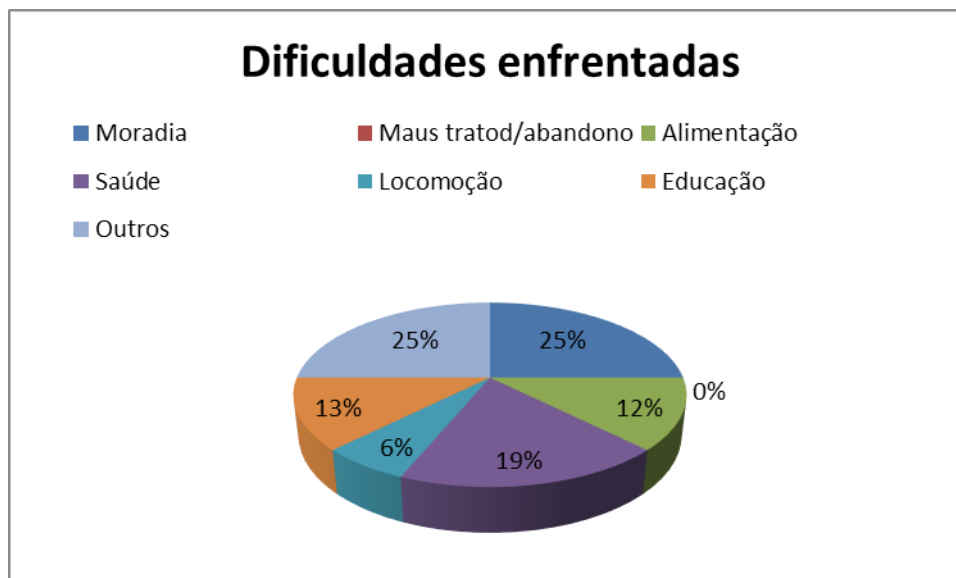


Gráfico 8: Dificuldades enfrentadas

As dificuldades as quais perguntamos foram referentes a viabilização de condições mínimas de sobrevivência, como por exemplo, se a moradia comporta a família, se há situações de maus tratos na família, falta de alimentação adequada, acesso a saúde, dificuldade de locomoção nos casos de pessoas idosas ou portadores de deficiência, ou até mesmo o acesso à educação.

Neste sentido, observa-se que as famílias entrevistadas apresentam, 25% das famílias entrevistadas afirmam ter dificuldades com relação a moradia, 25% disseram passar por outras dificuldades, 19% afirmam ter dificuldades no que cabe a saúde, 13% educação, a alimentação com 12% e locomoção sendo uma dificuldade mais rara entre os entrevistados apresentado um percentual de 6% apenas.

Cabe ressaltar que todas as residências visitadas para realização da entrevista possuem abastecimento de água encanada, energia com padrão próprio, filtro, coleta do lixo e rede de esgoto.

As situações enfrentadas hoje pelas famílias entrevistadas deixam claro a falta de assistência do Estado no que cabe aos direitos do cidadão, mas também o visível a falta de conhecimento e o desinteresse destes no que cabe aos seus direitos.

Durante a pesquisa perguntamos aos entrevistados a forma com que conheceram ao CRAS, e conforme o gráfico 09 a seguir.

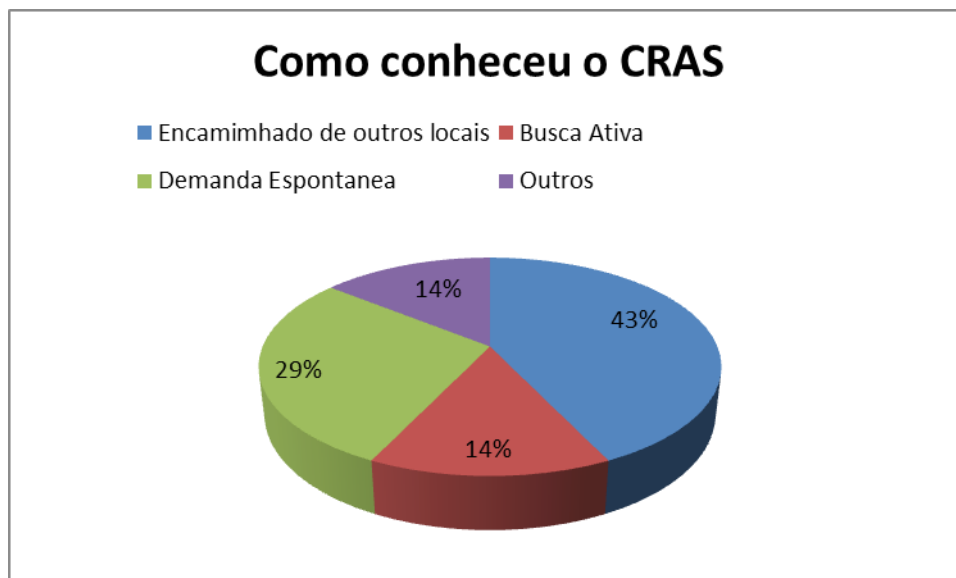


Gráfico 9: Como conheceu o CRAS

Vemos que 43% vieram encaminhados de outros locais, 29% por demanda espontânea, e 14% busca ativa e os outros 14 %de outras formas. Assim pode-se entender que essa porcentagem advinda de encaminhamentos, são famílias que se encontram em maiores situações de vulnerabilidade e em área de maior incidência e risco pessoal e social, as famílias que tiveram o acesso por demanda espontânea geralmente possuem familiares ou “conhecidos” que são acompanhados pelo CRAS e decidiram aderir aos programas, e as famílias que chegaram ao equipamento por busca ativa, pode ser qualificá-la como uma demanda supostamente reprimida, que o CRAS através de sua equipe técnica vai ate as mesmas e oferece os serviços.

Com o intuito de aprofundarmos sob os aspectos sociais perguntamos aos entrevistados qual o serviço do CRAS eles utilizaram e as respostas estão expostas no gráfico 10.

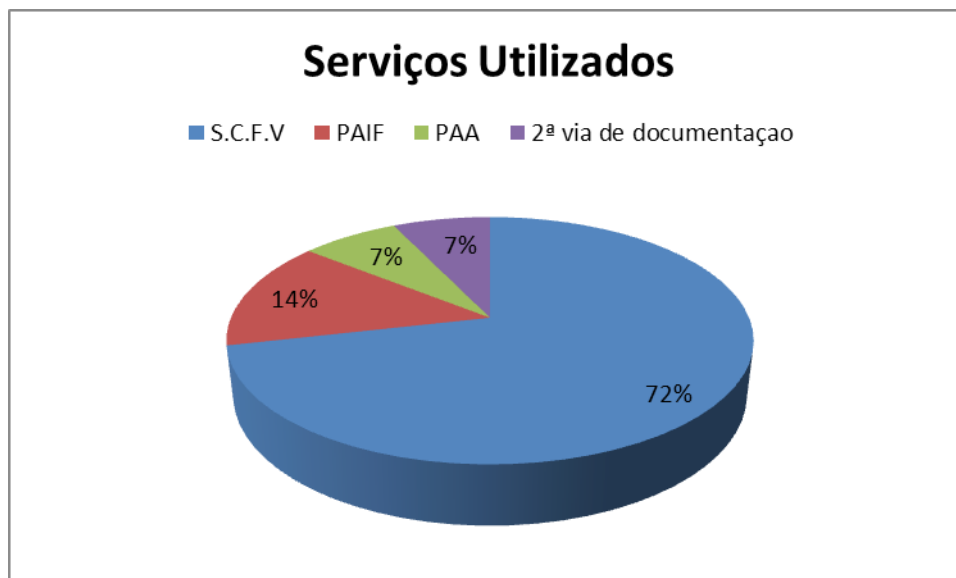


Gráfico 10: Serviços utilizados

No que cabe aos serviços utilizados vemos que 72% são participantes do S.C.F.V, ou seja, o publico alvo de nossa pesquisa, 14% também fazem parte do PAIF, serviço este com complementa ao S.C.F.V, 7% utiliza o PAA (Programa De Aquisição De Alimentos) este funciona em parceria com a secretaria de agricultura a fim de promover alimentação de qualidade e incentivo a agricultura familiar e os outros 7% utilizaram o serviço de solicitação de 2ª via de documentação com isenção de taxa.

Quando perguntamos aos entrevistados o que eles compreendiam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tivemos as seguintes respostas:

Usuária 1 de 47 anos:

“Eu gosto muito porque eu tenho depressão, e quando eu vou la eu fico boa, as meninas de la me ajudam muito, agora eu to bem melhor, eu gosto”.

Usuário 2 de 16 anos:

“É muito bom me leva a refletir sobre oque eu quero para o meu futuro e o meu relacionamento com meus pais”.

Usuário 3 de 8 anos:

“Eu vim encaminhado do conselho tutelar, eu estava ficando sozinho e minha mãe tem que trabalhar ai pra eu não ficar sozinho eu venho”.

Assim vemos que alguns objetivos do serviço não têm sido alcançados sendo que estes são: fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários; a compreensão dos participantes, ainda está muito confusa, e notável a falta de clareza para os usuários, e necessário buscar melhor aplicabilidade do serviço no local, buscando uma parceria entre CRAS, família e comunidade para que as ações alcance não apenas os participantes assíduos do serviço para tanto relacionando uma totalidade e/ou com a chamada matricialidade sociofamiliar, para que então se possa trabalhar de forma a buscar melhor compreensão por parte dos usuários e assim alcançar o verdadeiro fortalecimento de vínculos, e a proporcionando aos usuários o acesso aos direitos.

Cabe ainda relatar que o CRAS tem trabalhado de forma a proporcionar tal entendimento para tanto os usuários dos serviços são leigos no que cabe a Política de assistência e seus serviços.

Para tanto foi possível concluir que as famílias hoje que são acompanhadas pelo CRAS Esplanada através do S.C.F.V são famílias advindas de fragilidades sociais, possuidoras de um perfil frágil incapaz de buscar sua emancipação, tendo em vista que estes em alguns casos não são capazes de reconhecer seus “problemas” ou seja a situação de vulnerabilidade na qual estes estão inseridos. Estas famílias procuram o CRAS em alguns casos sem se quer saber qual a função de tal equipamento, a partir daí são inseridas nos programas, assim são detectados alguns casos de fragilidades de vínculos, e faz-se necessário o acompanhamento em grupo, contudo se perde muito da teoria proposta pela tipificação ora por parte dos orientadores dos grupos ora por parte dos usuários, que não permite a criação de vínculos com a equipe técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado teve início, tendo por objeto o perfil social das famílias inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS Esplanada, e para compreender tal demanda fez-se necessário uma abordagem ampla dos aspectos sociais, culturais e socioeconômicos em que remetem as famílias.

A pesquisa se deu no CRAS Esplanada e teve com o objetivo de analisar o perfil de tais famílias, frente as mudanças trazidas pelo neoliberalismo e a globalização. Considerando tais mudanças deve-se então compreender a família enquanto um contexto histórico e sociocultural que manifesta suas mudanças conforme o tempo e espaço.

O tema abeirado levou a compressão de que as condições vigentes em que se encontram as famílias estão totalmente associadas aos avanços do neoliberalismo, globalização e conforme a realidade do mercado de trabalho, tem-se a sobrevivência material da família, mais também a torna estranha mediante ao seu papel na sociedade.

A inserção das famílias no mercado de trabalho está cada vez mais complexa, o que acaba dificultando a sobrevivência familiar, dada a precariedade no mercado de trabalho que tem sido um entrave enfrentado por muitas das famílias. Esta situação tem tornado as famílias dependentes do sistema e o Estado de forma paliativa vem tentando amenizar estes problemas com os programas sociais.

Contudo conclui-se com tal estudo que o perfil das famílias inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos revela um perfil de famílias advindas de situações de vulnerabilidade social, leigas de seus direitos e de suas responsabilidades, vale lembrar que devido ao processo de modernização e desorganização familiar, abalo sofrido com o desemprego e os avanços sociais a família perdeu também alguns princípios e valores irrecuperáveis, assim quando as limitações lhes são impostas no dia a dia se tornaram incapaz de direcionar suas decisões de uma maneira objetiva, e para tanto estas famílias se direcionam ao CRAS na busca por soluções para as dificuldades enfrentadas, sendo que o mesmo

é a porta de entrada dessas famílias para acessar a rede socioassistencial, e a efetivação de seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade Social. Jus Navigandi, Teresina Ano 11, n1272 25 dez, 2006. Disponível em <<http://jus2.uou.com.br/doutrina/texto>>.

ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade Social. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez 2009. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9311>>.

BRASIL. (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Legislação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate A Fome. Norma Operacional Básica do SUAS-NOB/SUAS. BRASÍLIA, 2005.

BRASIL. Política nacional de assistência social, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRAVO, Maria Inês. Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, Maria Inês. Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTEL, Robert. A Insegurança Social: o que é ser protegido? RJ Petrópolis: Vozes, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

FALEIROS, U, P, A. O que é política social. 5 ed. São Paulo Brasiliense, 1991

(primeiros passos).

GOLDANI, A, M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Cadernos de Pagu. Núcleo de Estudos de Gênero de Pagu/Unicap 1993.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. Revista Serviço Social E Sociedade, São Paulo, Ano 21 N. 71, pág. 103-121. SET. 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação histórico-metodológica. 13ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela/relações sociais e serviço social no Brasil; esboço de uma interpretação histórico-metodológico. Ed.- São Paulo: Cortez 1996.

IANNI, Octávio. A Era do Globalismo. 3ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997.

KALOUSTIAN, S, M (Org) a família brasileira a base de tudo 8ª ed. São Paulo Cortez 2008.

MAX, K e ENGELS, F. O Manifesto Comunista – Tradução: Álvaro Pina São Paulo. Editora Boitempo 2002.

MENICUCCI, Telma M. Gonçalves. Intersetorialidade, o desafio atual para políticas sociais. In: Revista Pensar BH/ Política Social, Edição temática nº3maio/junho 2002 SMCPs, 2002.

MESTRINER, M L. O estado entre a filantropia e a assistência social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome Secretaria Nacional de Assistência Social PNAS/2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS, Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicação/assistência_social/Normativas/PNAS2004.pdf>.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional

Básica da Assistência Social (NOB/SUAS). Brasília: MDS/SNAS, 2005.

NETTO, J. P; BRASZ, M. Economia Política: Uma introdução a Critica. São Paulo: Cortez 2006.

NETTO, José Paulo. Economia Política: uma introdução crítica/ José Paulo Netto e Marcelo Braz-2 ed. - São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

PEREIRA, Maria A. R. A Política de Assistência Social. Caderno de Assistência Social: trabalhador: Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

PORTO, M, C, S. Cidadania e “(des) proteção social” uma inversão do estado Brasileiro? Revista Serviço Social e Sociedade Nº 68. Ano XXII Assistência e Prática Social. São Paulo Cortez 2001 pág. 19 a 24.

RAICHELIS, Raquel. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: Caminhos da Construção Democrática. São Paulo: Cortez, 1998, p17-120.

RESILIÊNCIA, SERVIÇO SOCIAL E O CRAS: TRAÇANDO CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO. Lúcia MIRANDA, Marcela Coladello FERRO. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1354/1293>>. Acesso em 13/09/2016.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. 3. ed. Rio de Janeiro. Record, 2000, pág. 29-30.

SARTI, C. A. Família e Individualidade: um problema moderno. In: Carvalho M. C. B. (Org) A família contemporânea em debate. 3 ed. São Paulo: EDUC: Cortez 2000.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 6 ed. – São Paulo, Cortez:1995.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise, 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Globalização da economia e processo de exclusão social. In Capacitação em Serviço e Política Social – CEAD-UNB. mod. 1.

Brasília/DF.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão de debate. 8ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 13, n. 2, pág. 255-264 dezembro de 2009.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia./tipificacao.pdf>>.

WEBB, JHON. Pesquisa de marketing. IN BAKER, Michael (ORG) Administração de Marketing São Paulo: Campos, 2005.

YASBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da questão social no Brasil. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº3 2001. Brasília: ABEPSS, GRAFLINE, 2001.

YASBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. 4oed. São Paulo: Cortez, 1993.

YASBEK, Maria Carmelita [et al.]. O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo Cortez 2010.

YASBEK, Maria Carmelita. Sistema de Proteção Social, intersetorialidade e integração 2005. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF07/Carmelita%20Y.pdf>>.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

DADOS DO ENTREVISTADO

1. Idade: _____

2. Sexo: Feminino () Masculino ()

3. Grau de escolaridade: _____

4. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a)

() Viúvo(a) () Divorciado (a) () Outros

CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

5. Quantas pessoas moram na casa? _____

6. Dentre elas: Crianças _____ Adolescentes _____

Adultos _____ Idosos _____

7. Quantas pessoas trabalham? _____

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

8. Qual a renda mensal da sua família:

() Sem renda. () De 1 a 2 salários mínimo.

() Menos de 1 salário-mínimo. () Mais de 2 salários.

() Aposentadoria

9. Recebe algum benefício:

() BPC/ LOAS () Bolsa Família

() Outros () Nenhum

Sim

Não, por que?

20. Como você conheceu o CRAS:

Encaminhamento de outros locais Demanda espontânea

Busca ativa Outros

21. Qual os serviços do CRAS você já utilizou:

22. O que você compreende do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

Obrigado por cooperar com nossa pesquisa!

Deisiane Reis Carvalho e Leila Emanuele Diniz.